

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.133 - MG (2019/0293132-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : CLEITON SILVA LOURENCO (PRESO)**  
**AGRAVANTE : CLEITON SILVA LOURENCO**  
**ADVOGADO : OBREGON GONÇALVES E OUTRO(S) - MG006774**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto, com base na alínea *a* do permissivo constitucional, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS contra acórdão do Tribunal de Justiça local.

Está contido nos autos que o recorrido foi condenado, por falsificação de documento público, à sanção de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão e 36 dias-multa; e, por desobediência, a 2 meses de detenção e 15 dias-multa, assim narrados os fatos na inicial acusatória (e-STJ fl. 1):

Consta dos autos que, no dia 29 de setembro de 2017, por volta das 12h27min, na Rua Otaviano de Carvalho, Bairro Vila Pinho, nesta capital, o denunciado, dolosa e conscientemente, fez uso de documentos públicos falsificados, tratando-se de uma Carteira Nacional de Habilitação e uma Carteira de Identidade.

Segundo se apurou, na referida data, durante operação policial com vistas a desarticular quadrilha responsável pelo tráfico de drogas na região do Aglomerado Vila Pinho, policiais militares deram cumprimento a mandado de busca e apreensão domiciliar na residência do denunciado, situada no endereço citado.

Foi realizado cerco ao imóvel e, em seguida, o policial militar Sargento Jeferson tocou a campainha da casa e identificou-se, momento que o denunciado tentou evadir do local, correndo em direção aos fundos do imóvel.

Dada ordem de parada ao denunciado, ele a desobedeceu, prosseguindo a fuga em direção ao telhado da residência, tendo pulado o muro para o imóvel vizinho.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento apenas para **absolver o recorrido do crime de desobediência** e para **reduzir as penas do delito de falsificação de documento público para 2 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 22 dias-multa** (e-STJ fl. 374, grifei).

# Superior Tribunal de Justiça

Daí o recurso especial, no qual a acusação alega que o Tribunal *a quo* contrariou o disposto no art. 330 do Código Penal.

Sustenta, em síntese, que, "*no presente caso, a desobediência do recorrido não foi contra ordem de parada em contexto de trânsito, mas, sim, contra ordem emanada por policiais militares que, no exercício de suas atividades profissionais, foram cumprir mandado de prisão expedido por autoridade judicial competente em desfavor do réu*" (e-STJ fl. 430).

E arremata asserindo que, "*desta forma, não restou configurada a hipótese de incidência da regra contida no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro e, por conseguinte, do entendimento segundo o qual não seria possível a responsabilização criminal do recorrido pelo delito previsto no art. 330, do Código Penal*" (e-STJ fl. 430).

Requer, assim, o restabelecimento da sentença condenatória.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 441/444.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às e-STJ fls. 480/489, pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

De início, ressalto que o crime de desobediência, cujo bem jurídico tutelado é a autoridade inerente às atividades levadas a efeito por funcionários públicos, está configurado quando o agente desobedece a ordem revestida de legalidade (formal e substancial) emanada por quem de direito.

Fixada essa premissa e após analisar os argumentos constantes do recurso interposto, tenho que ele merece provimento.

É que é pacífico, neste Tribunal Superior, que, "*para a caracterização do crime de desobediência (art. 330 do CP), é necessário que não haja sanção especial para o seu não cumprimento, ou seja, se pelo descumprimento de ordem legal de servidor público, alguma lei estabelece determinada penalidade administrativa ou civil,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*não se deverá reconhecer o crime em questão, salvo se a referida lei expressamente ressalvar a cumulativa aplicação do art. 330 do CP" (AgRg no REsp n. 1492647/PR, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 17/11/2015).*

Nesse sentido, precedente deste Tribunal Superior:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 DO CÓDIGO PENAL. ORDEM DE PARADA EMANADA DE POLICIAIS MILITARES NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE OSTENSIVA. ORDEM NÃO DIRIGIDA POR AUTORIDADE DE TRÂNSITO E NEM DE SEUS AGENTES. INOCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO PREVISTA NO ART. 195 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. TIPICIDADE DA CONDUTA. DESOBEDIÊNCIA E FUGA. SUPOSTO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AUTODEFESA E DE NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO. DIREITOS NÃO ABSOLUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO PARA A PRÁTICA DE DELITOS. AUSÊNCIA DE DOLO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. COMPENSAÇÃO DA REINCIDÊNCIA COM ATENUANTE DA CONFISSÃO NO CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*II - Segundo jurisprudência deste Tribunal Superior, a desobediência de ordem de parada dada pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou mesmo por policiais ou outros agentes públicos no exercício de atividades relacionadas ao trânsito, não constitui crime de desobediência, pois há previsão de sanção administrativa específica no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro, o qual não estabelece a possibilidade de cumulação de sanção penal. Assim, em razão dos princípios da subsidiariedade do Direito Penal e da intervenção mínima, inviável a responsabilização da conduta na esfera criminal.*

*III - No presente caso, contudo, a ordem de parada não foi dada pela autoridade de trânsito e nem por seus agentes, mas por policiais militares no exercício de atividade ostensiva, destinada à prevenção e à repressão de crimes, que foram acionados para fazer a abordagem do paciente, em razão de atividade suspeita por ela apresentada, conforme restou expressamente consignado no v. acórdão impugnado. Desta forma, não restou configurada a hipótese de incidência da regra contida no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro e, por conseguinte, do entendimento segundo o qual não seria possível a responsabilização criminal do paciente pelo delito de desobediência tipificado no art. 330 do Código Penal.*

*[...]*

*V - Inviável o reconhecimento da atipicidade da conduta por ausência de dolo uma vez que restou expressamente consignado no*

# Superior Tribunal de Justiça

v. acórdão combatido que o paciente, de forma consciente e deliberada, desobedeceu a ordem de parada dada pelos policiais militares. Rever o entendimento do eg. Tribunal de origem para afastar o dolo do paciente demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do mandamus.

[...]

*Habeas corpus não conhecido.* (HC 369.082/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017, grifei)

Certo é que deve ser considerada a natureza da atividade exercida pelo funcionário público que emanou a ordem então desobedecida. De fato, conforme se depreende do julgado acima descrito, caso a ordem seja emanada por agentes de segurança pública no exercício de atividade ostensiva destinada à prevenção e à repressão de ilícitos penais, teremos por tipificada a conduta prevista no art. 330 do Código Penal.

No caso, a Corte de origem absolveu o recorrido da imputação do delito de desobediência forte nestas razões (e-STJ fls. 369/371):

Já em relação ao crime do artigo 330 do Código Penal, **restou devidamente comprovado que os policiais militares deram ordem de parada a Cleiton, que não foi por ele obedecida, tendo empreendido fuga, sendo preso já no imóvel vizinho, razão pela qual não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas.**

Entretanto, como salientado pela defesa (f. 273), tenho que sua condenação pelo crime de desobediência não pode prosperar, posto que não atendeu à ordem policial apenas para se manter em liberdade, pois se acatasse a ordem, seria preso em flagrante, vez que tinha mandado de prisão expedido em seu desfavor, exatamente como aconteceu.

[...]

Desta forma, deve o apelante ser absolvido da imputação de prática do crime tipificado no artigo 330, do Código Penal, com fulcro no artigo 386, III, do Código de Processo Penal. (Grifei).

Como se vê, a ordem de parada emanou de policiais militares no exercício de atividade ostensiva, destinada à prevenção e à repressão de crimes.

Desse modo, por destoar das orientações deste Tribunal Superior, tenho que merece reparo o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, devendo ser restabelecida a condenação do recorrido pelo delito de desobediência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, **dou provimento ao recurso especial** para restabelecer a condenação pelo delito de desobediência (e-STJ fls. 302/303).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

